



CONTRATO Nº 110/2021

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **L. F. CARDOSO & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.864.272/0001-95, com sede na Rua Franklin Máximo Moreira, nº 250, Bairro Centro, CEP 96.600-00, Canguçu/RS neste ato representado por seu representante legal, Sr. Luis Fernando Cardoso, brasileiro, portador do CPF: 35228024034, RG 4015563366, residente e domiciliado no endereço acima mencionado apto 301, na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Concorrência visa contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento, manutenção e pronto atendimento de sistemas de alarmes - 24 horas, conforme edital de Concorrência Pública nº 15/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1 O valor do ponto objeto do presente contrato é de R\$ 160,00 (Cento e Sessenta Reais) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 O primeiro pagamento será efetuado em 30 dias após a instalação e conclusão dos serviços, em conta bancária, após a apresentação das notas fiscais e relatório de funcionamento dos alarmes (listando os pontos ativos), junto ao Núcleo de Controle Secretaria da Fazenda desta Prefeitura, com observância do estipulado pelo art. Quinto da Lei 8.666/93. A nota fiscal deve, obrigatoriamente, constar o número do contrato, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da contratada, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

3.1.1 Após o pagamento será realizado mensalmente, até 30 dias após a apresentação de relatório de pontos ativos e nota fiscal, obedecendo as mesmas normas do item anterior.

3.2 O custo mensal da contratação considera o somatório do valor por pontos ativos e monitorados, sendo o pagamento dos mesmos condicionado ao seu efetivo funcionamento, o que deverá ser identificado pela empresa quando da emissão de Nota Fiscal para pagamento.

3.3 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo para a conclusão dos serviços é de 15(quinze) dias contados da data da elaboração do Contrato.

4.2 Os equipamentos instalados ou que após avaliação, passaram por manutenção terão garantia de 01 (um) ano de funcionamento.

4.3 Os serviços deverão ser executados em diversos órgãos da Prefeitura Municipal, distribuídos atualmente em 47 pontos conforme relação abaixo, podendo ser suspensos os



serviços de monitoramento destes locais ou acrescidos novos conforme necessidades da municipalidade.

- 1 - SECRETARIA DE SAÚDE
- 2 - ESF – POSTO DE SAÚDE TRIÂNGULO
- 3 - ESF – POSTO DE SAÚDE VILA NOVA
- 4 - POSTO DE SAÚDE CENTRAL
- 5 – CASA DE SAÚDE MENTAL CAPS 1
- 6 – POSTO DE SAÚDE FONSECA
- 7 – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO)
- 8 – CAPS – AD
- 9 – CAPS I
- 10 – PRÉDIO CENTRAL DA PREFEITURA
- 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
- 12 – E. M. GETÚLIO VARGAS
- 13 – E. M. GERALDO ANTONIO TELESCA
- 14 – CENTRO M. ED. INFANTIL BRANCA DE NEVE
- 15 – E. M. IRMÃ MARIA FIRMINA SIMON
- 16 – E. M. HENRIQUE G. BROCKMANN
- 17 – E. M. VICTOR PORTO
- 18 – E. M. D. PEDRO II
- 19 – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MADRE MADALENA
- 20 – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA IZABEL
- 21 – CENTRO MUNICIPAL DE ED UCAÇÃO INFANTIL SANTA CLARA
- 22 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRÁRIO
- 23 – CASA DE CULTURA MARLENE BARBOSA COELHO
- 24 – CINE TEATRO 27 DE JUNHO
- 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 26 -COZINHA COMUNITÁRIA
- 27 – CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS
- 28 – CRAS VILA TRIÂNGULO
- 29 – CRAS VILA FONSECA
- 30 – CRAS VILA NOVA
- 31 – CERRO DAS TROPAS (setor de produção)
- 32 – QUIOSQUE DA PRAÇA
- 33 – ESCOLA REVERENDO JOAQUIM
- 34 – CRECHE PRO INFÂNCIA
- 35 - UNIDADE MATERNO INFANTIL
- 36 – E. M. CARLOS MOREIRA
- 37 – E. M. CARLOS SOARES DA SILVEIRA
- 38 – E. M. JOAQUIM NABUCO
- 39 – E. M. JOSÉ MARIA DUTRA
- 40 – E. M. MARECHAL DEODORO
- 41 – E. M. OSCAR FONSECA DA SILVA
- 42 – E. M. SANTA MARIA
- 43 – E. M. SÃO LUIZ GONZAGA
- 44 – E. M. SECUNDINO DA SILVA
- 45 – E. M. VINTE DE SETEMBRO
- 46 – GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES
- 47 – GINÁSIO WALDEMAR BOSEMBECKER



4.4 Quanto aos prédios locados pela municipalidade, assim que rescindido o contrato de aluguel, a empresa contratada será comunicada e imediatamente retirado o ponto do local e, se necessário, remanejado para outro prédio ou suspensa a instalação.

4.5 Dentro da parte de manutenção, estarão englobadas as visitas técnicas e eventuais ações de ajustes necessários para que seja mantido o funcionamento.

4.6 Equipamentos que necessitem ser instalados ou substituídos, poderão ser adquiridos por esta Municipalidade em qualquer empresa fornecedora.

4.7 Os pontos estão localizados tanto na zona Urbana quanto na zona Rural.

4.8 Os chamados deverão ser atendidos no prazo (tempo) máximo de 15 minutos, para pontos localizados na zona urbana e de até 60 minutos para aqueles localizados na zona rural.

4.9 O sistema de comunicação destes chamados ocorrerá via linha telefônica de comunicação com a central de alarmes.

4.10 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento dos materiais e/ou prestação dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar o objeto da contratação na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;

b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;

c) Responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato.

d) Obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

e) Não possuir nenhum débito em atraso junto ao Município de Canguçu.

f) A empresa contratada deverá estar devidamente registrada em seu respectivo conselho e em dia com suas obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato de prestação de serviços terá vigência da data de sua elaboração vigorando pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 meses, mediante termo aditivo, devendo ser observado o artigo 40 XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

b) Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos materiais e/ou execução de serviços, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

b.1 advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

b.2 multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);



- b.3 rescisão de contrato;
- b.4 suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5 declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.
- c Será aplicada multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- d Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso e inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.
- e As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo primeiro - Nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- apresentação de documentação falsa;
- retardamento na execução do objeto;
- não manutenção do lance, após a adjudicação;
- comportamento inidôneo;
- fraude ou falha na execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1 O presente contrato decorre da Concorrência Pública nº 15/2021, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO	FICHA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1754	2345	33.90.39.77.00.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO.	2839	2302	33.90.39.77.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Rodrigo Thompsen Laranjeira (Cargo Advogado – matrícula 8911-7).



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

13.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 01 de Julho de 2021.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

L.F.CARDOSO & CIA

LTDA:91864272000195

L.F. CARDOSO & CIA LTDA
CONTRATADA

Assinado de forma digital por

L.F.CARDOSO & CIA LTDA:91864272000195

Dados: 2021.07.01 14:34:57 -03'00'

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Assinado por 3 pessoas: PAULO ROBERTO CARDOSO DA SILVA, FERNANDA DIAZ FLORES e MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código B958-4D11-ACC5-3B6B



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B958-4D11-ACC5-3B6B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



L.F.CARDOSO & CIA LTDA (CNPJ 91.864.272/0001-95) VIA PORTADOR PAULO ROBERTO
CARDOSO DA SILVA (CPF 282.847.040-72) em 01/07/2021 14:34:57 (GMT-03:00)

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.359.010-91) em 01/07/2021 16:24:15 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.255.180-40) em 02/07/2021 09:04:45
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/B958-4D11-ACC5-3B6B>